



PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO RIO BRANCO
GABINETE DO PREFEITO



OF. 173

Ofício nº 175/2025/GAPRE

Uruguaiana, 9 de abril de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Vereador Joalcei Alves Gonçalves
Presidente da Câmara Municipal de Uruguaiana
NESTA

Assunto: Encaminha Resposta.

Excelentíssimo Senhor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, em atenção ao disposto no inciso XIV do art. 96 da Lei Orgânica do Município de Uruguaiana, vimos pelo presente, encaminhar a **Comunicação Interna nº 299/2025 da Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito (SESTRA)**, em resposta ao **Ofício nº 303/2025/DLEG**, do Poder Legislativo que solicita providências, conforme documento em anexo.

Sendo o que tínhamos para o momento, despeço-me com votos de elevada estima e consideração, permanecendo a disposição, para eventuais informações que ainda se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

Carlos Alberto Delgado de David,
Prefeito Municipal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO



COMUNICAÇÃO INTERNA nº: 299/2025

DATA: 02/04/2025

DE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRA

PARA: SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEGOV

ASSUNTO: CI nº 311/2025-SEGOV

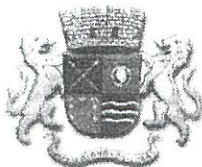
Senhor Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, em atenção a CI nº 311/2025-SEGOV, vimos informar que dentro do que está a competência desta Secretaria, as ações são desenvolvidas, inclusive, com apoio as demais Secretarias.

Atenciosamente,

José Clemente da Silva Corrêa

Secretário Municipal de Segurança e Trânsito



PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO RIO BRANCO
GABINETE DO PREFEITO



C.I. nº 311/2025/SEGOV

Jose Clemente da Silva Correa
Secretário de Segurança e Trânsito
Prefeitura Municipal de Uruguaiana
16 de Abril de 2025

Uruguaiana, 31 de março de 2025

DE: Secretaria Municipal de Governo - SEGOV

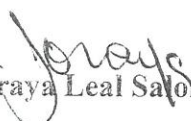
PARA: **TODAS AS SECRETARIAS**

Senhor(a) Secretário(a),

Ao cumprimentá-lo(a) cordialmente, encaminho o Ofício nº 303/2025/DLEG, de autoria do Poder Legislativo, que através do Ofício nº 59, solicita informações e providências, conforme anexo.

Fica estabelecido o prazo máximo de 05 (cinco) dias para resposta, contados a partir do recebimento deste documento, sendo a data final **até o dia 07 de abril de 2025**.

Atenciosamente,


Soraya Leal Salomão,

Secretária Adjunta de Governo.

07/04/2025
11:00



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

Ofício Exec n.º 303 /2025/DLEG

Uruguaiana, 18 de março de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Carlos Aberto Delgado David
Prefeito Municipal
Nesta Cidade


Assunto: **Faz informação**

Senhor Prefeito,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, servimo-nos do presente para encaminhar a V.Exa. para fins de conhecimento e providências, solicitação recebida nesta Casa Legislativa, através do Of. nº 59, o qual pede melhorias e fiscalização no cumprimento da Lei nº 13.146/2015, que Instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

2. Em anexo cópia do documento.

Atenciosamente,


VER. JOALCEI ALVES GONÇALVES
Presidente

Ofício nº 59

Ofício 01/2025.

Uruguaiana, 24 de fevereiro de 2025

A Sua Excelência o Sr. José Clemente da Silva Corrêa
E DEMAIS VEREADORES DO PODER LEGISLATIVO

Caro Sr., venho através desse requerimento postular o cumprimento da lei de acessibilidade aos cidadãos com deficiência e capacidade reduzida.

Atualmente, enfrento problemas de saúde, os quais me privam de me locomover normalmente. Desde o momento em que necessitei do auxílio de terceiros e assistência mecânica, percebi que a cidade (em geral) ignora a população PCD, pois não respeita o direito de acesso aos locais públicos e privados.

A Lei 13146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) determina que:

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

[...]

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;

[...]

Art. 53. A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social.

Art. 57. As edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes.

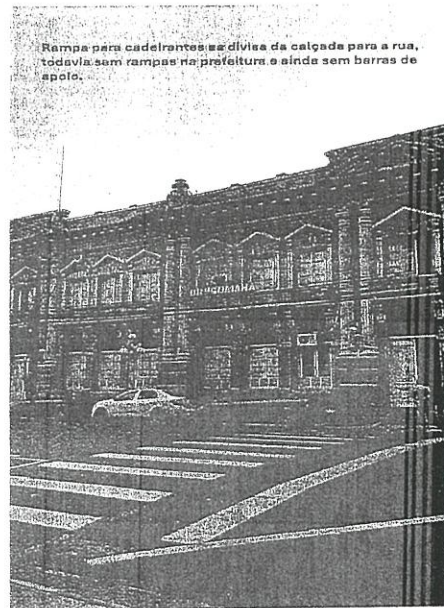
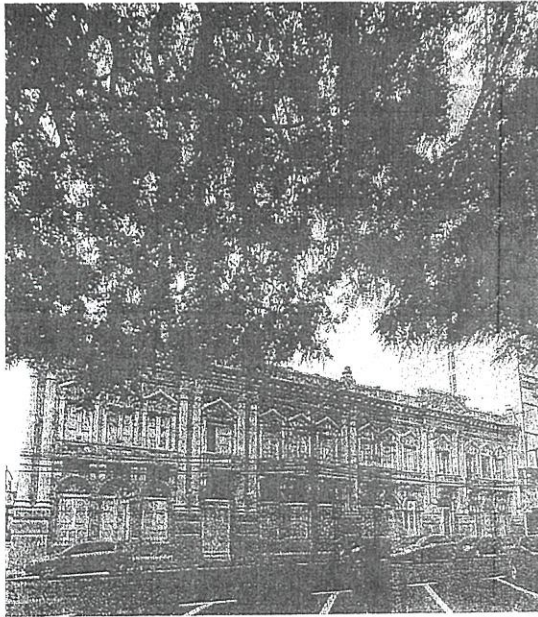
Ocorre que os prédios da Prefeitura Municipal, SEFAZ e até mesmo o comércio local, não possuem as adequações necessárias, o que por diversas vezes causa constrangimento, maior dificuldade física e a impossibilidade de uma vida normal, a qual já é garantida mediante lei.

Inclusive, nas últimas eleições, embora exigido pela Justiça Eleitoral, as seções eleitorais não aplicaram a exigência de acessibilidade, o que gerou acidentes e dificuldade de acesso às urnas.

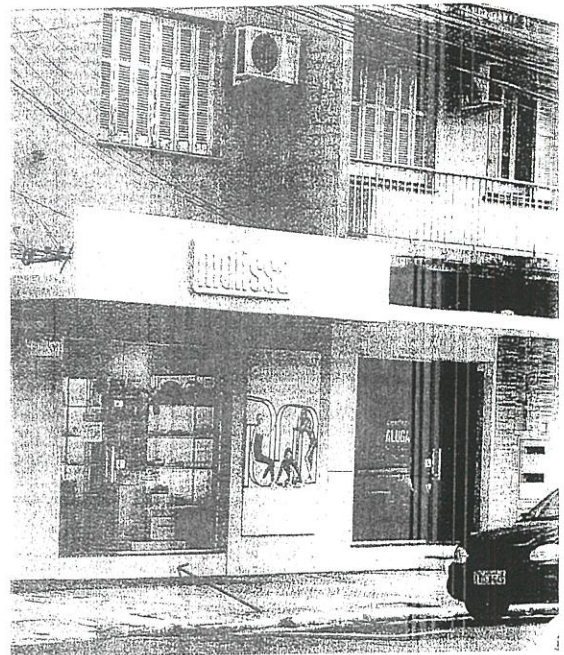
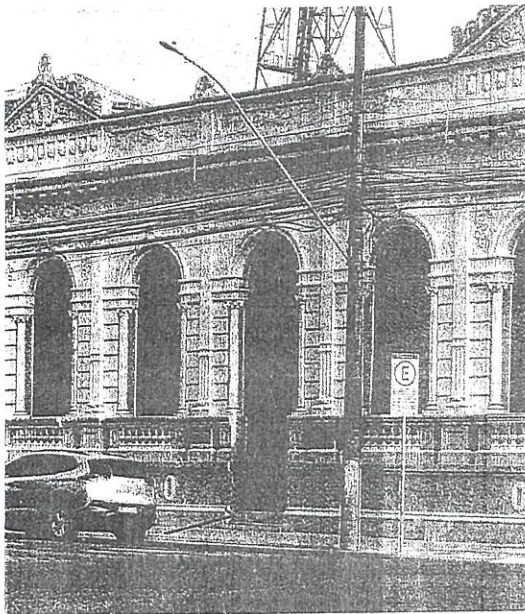
Voto na Escola Marechal Candido Rondon, onde as seções eleitorais são em salas de aula e refeitório, e estão localizadas nos fundos da escola. Questionado aos fiscais sobre a possibilidade de votação em uma sala de aula próxima à entrada da escola ou se havia uma sala para PCDS, recebi uma negativa e precisei me deslocar até a sala em que voto com extrema dificuldade, tendo em conta a minha capacidade de locomoção reduzida. Durante o trajeto, vi uma senhora (com idade avançada) cair na minha frente, pois o local possui vários níveis (degraus).

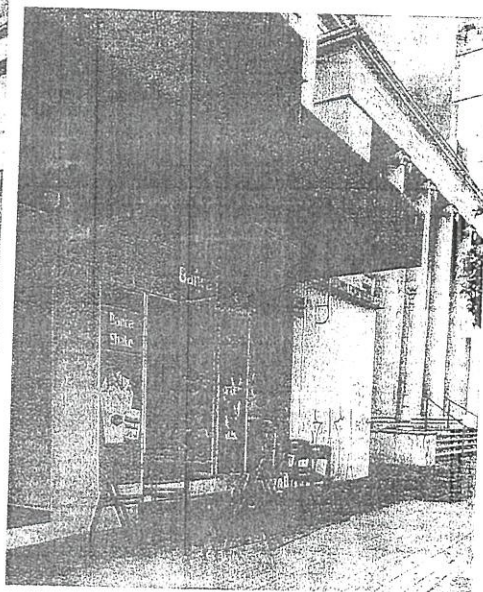
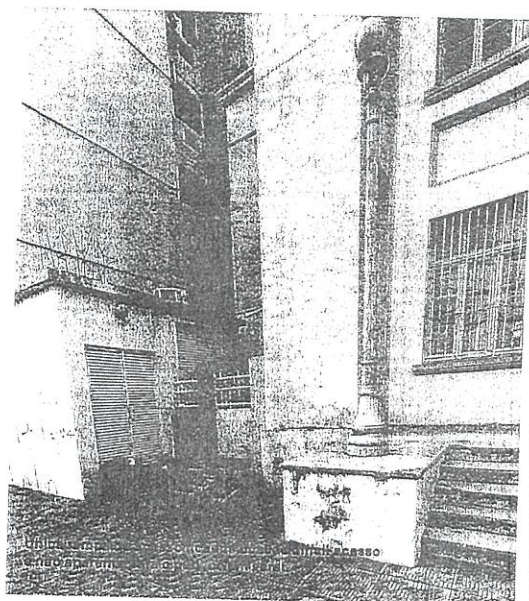
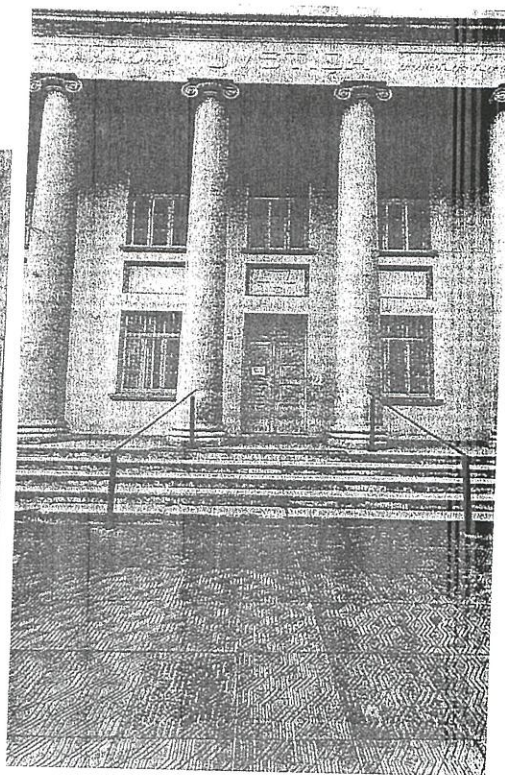
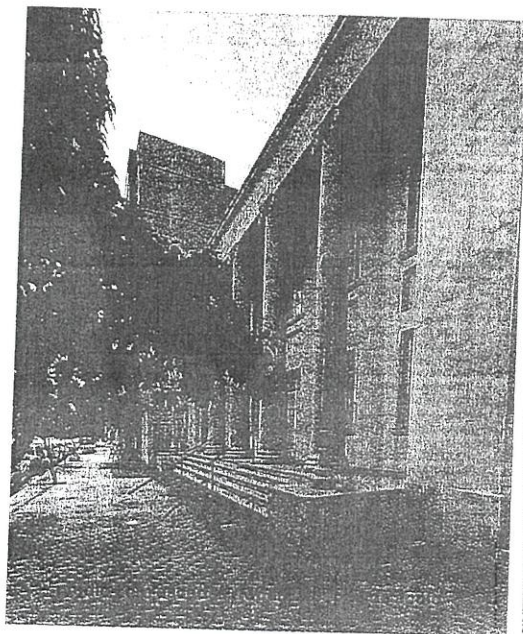
Os cenários narrados, são percepções de uma cidadã que precisa de acesso à vida social e em certas situações é impedida ou se depara com tais obstáculos, colocando em cheque a minha garantia fundamental da dignidade da pessoa humana. Vejo tantas pessoas no mesmo cenário e que por vezes não procuram o Poder Público por medo, vergonha ou receio de seu pedido ser ignorado e serem mais uma vez vitimizadas.

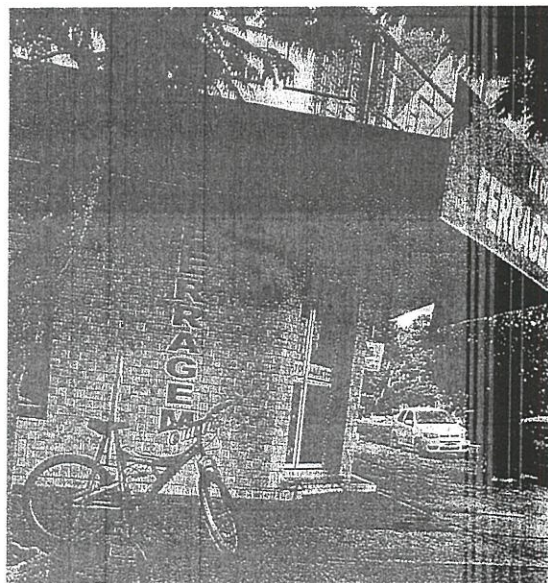
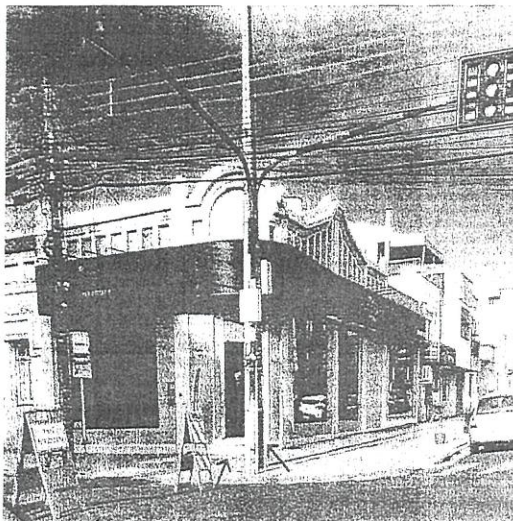
Conforme as imagens abaixo, podemos perceber que alguns locais sem acessibilidade, vejamos:



Rampa para cadeirantes na divisa da calçada para a rua, todavia sem rampas na prefeitura e ainda sem barras de apoio.







Em que pese as exigências legais, a cidade não está se adequando de forma eficiente e inclusiva com a comunidade.

Dessa forma, venho postular providências ao Poder Legislativo, para buscar a acessibilidade e inserção da população PCD.

Atenciosamente,

Eliane Finoqueto Buonocore.